

Adroaldo recomeça o acerto com bancos

07 MAR 1989

por Paulo Sotero
de Washington

Os negociadores da dívida externa brasileira e o comitê de bancos credores retomam as negociações da dívida externa terça-feira, em Nova York, para finalizar rapidamente os vários itens ainda em aberto do acordo de médio prazo. O propósito é fazer o primeiro "road show" de venda da proposta à comunidade financeira internacional durante a assembleia anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que levará centenas de executivos de bancos credores a Caracas, dentro de duas semanas. A delegação brasileira para essa fase final de montagem do acordo deverá ser presidida pelo vice-

presidente do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, e não pelo presidente do Banco Central, Fernando Milliet.

Na semana passada, os representantes brasileiros e dos bancos chegaram a um acordo em princípio sobre os termos dos dois componentes centrais do pacote financeiro, a saber, o empréstimo de "dinheiro novo" de até US\$ 5,8 bilhões acertado no sábado retrasado e o reescalonamento do principal da dívida vencido entre 1986 e 1993, que engloba praticamente toda a dívida de médio prazo do País aos bancos. A janela de oito anos abrangida pelo reescalonamento do estoque da dívida, e, por conseguinte, o montante envolvido, já havia sido acertada numa fase anterior da negociação.

Na última sexta-feira o governo anunciou, em Brasília, que o reescalonamento de US\$ 67,5 bilhões do principal da dívida será por vinte anos, com um prazo de carência de oito anos. O prazo de repagamento é um pouco melhor do que os já obtidos pelo México e pela Argentina, que conseguiram dezenove anos e dezenove anos e meio, respectivamente. O

repagamento do principal, segundo o anúncio oficial, começará no nono ano de vigência do acordo, ou seja, em 1997, com a amortização de 2% da dívida, ou quase US\$ 1,4 bilhão, aumentando gradualmente a cada ano até atingir 10%, ou US\$ 14 bilhões, em 2008.

A informação divulgada pelo governo não foi, contudo, completa. Embora as amortizações mais significativas do principal agora reescalonado só devam, de fato, acontecer a partir de 1997, o governo brasileiro e os bancos ainda estão discutindo uma proposta dos credores de que o País comece pagamentos simbólicos de principal.

(Continua na página 15)

O cronograma da negociação do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) sofrerá um prolongamento, informa de Washington o correspondente Paulo Sotero. Segundo fontes bem-informadas da capital americana, o governo brasileiro já indicou que precisará de mais tempo do que supunha para montar o programa econômico que vai apresentar ao FMI.

(Ver página 15)

Adroaldo recomeça o acerto com...

por Paulo Sotero
de Washington

(Continuação da 1ª página)
já em 1992, disse uma bem situada fonte financeira.

Além disso, considerado o conjunto do pacote, o prazo de carência será, na verdade, de cinco anos. Isso porque, segundo fontes do comitê, os negociadores brasileiros e do comitê já acertaram que o novo empréstimo de até US\$ 5,8 bilhões dos bancos, já acertado, terá doze anos de prazo de pagamento, com cinco de carência. Assim, na melhor das hipóteses, o Brasil começará a amortizar o principal já em 1994. Uma proposta ainda em discussão é que o País repague aos bancos, naquele ano, cerca de US\$ 1 bilhão, equivalentes a pouco menos de 1,5% do estoque da dívida.

Anúncios à parte, fontes financeiras indicaram na última sexta-feira a este jornal que o perfil final do cronograma de repagamentos depende, ainda, da definição da fórmula que será usada para a aplicação do novo "spread" (taxa de risco) de 0,8125% sobre a Libor, que valerá tanto para o novo empréstimo quanto para o "dinheiro velho". "Antes disso, não será possível determinar como será o fluxo de caixa com os bancos", comentou um banqueiro. Essa parte crucial do pacote, que determinará também o montante final do empréstimo de "dinheiro novo", ainda não foi fechada.

BAKER

Preparando-se para a última fase das negociações, os co-presidentes do comitê de bancos, William R. Rhodes, do Citicorp; Leighton Coleman, do Morgan Guaranty; e Michael Hunter, do Lloyds Bank estiveram

na última sexta-feira, em Washington, para uma série de consultas sobre o Brasil com o BIRD, o FMI e as autoridades americanas. O principal objetivo das consultas foi avaliar e verificar a participação potencial do BIRD no financiamento das contas brasileiras até meados do ano que vem. O Brasil tem uma conta de US\$ 1,8 bilhão a pagar à instituição, neste ano, entre amortizações, juros e taxas. O comitê, que espera contar com o apoio do FMI e do BIRD na fase de venda ao mercado da proposta de acordo da renegociação brasileira, está preocupado com as dificuldades políticas que o ministro Mailson da Nóbrega vem enfrentando, dentro do governo, para conseguir a aprovação das medidas de contenção necessárias à estabilização da economia brasileira.

O secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, por sua vez, usou publicamente o repúdio da moratória, feito há algumas semanas pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, como exemplo de "progresso" da estratégia para a dívida que ele lançou dois anos e meio atrás. "Creio que estamos fazendo bom progresso quando um país como o Brasil, que anunciou e implementou uma moratória da dívida durante um certo período, faz uma declaração para dizer que foi um erro, para o Brasil, seguir esta abordagem", afirmou Baker, durante uma audiência no Congresso, na sexta-feira passada. "O Brasil, agora, pagou os juros de janeiro e fevereiro e está perto de chegar a um acordo com seus credores", acrescentou ele.